

RELATÓRIO Nº , DE 2018

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 23, de 2018 (nº 194, de 2018, na origem), do Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ALEXANDRE GUIDO LOPES PAROLA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio e outras Organizações Econômicas, em Genebra.*

Relatora: Senadora **ANA AMÉLIA**

É submetida ao exame desta Casa a indicação que o Presidente da República faz do Senhor ALEXANDRE GUIDO LOPES PAROLA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio e outras Organizações Econômicas, em Genebra.

Conforme o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente. Em atendimento ao previsto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou currículo da diplomata.



O indicado nasceu em 2 de junho de 1965, na cidade do Rio de Janeiro/RJ. É filho de José Rodrigues Parola e Raymunda Solange Lopes Parola.

Concluiu a graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/RJ, em 1985. Obteve, ainda, os títulos de mestre em Economia pela Universidade de Brasília/DF, em 1991, e Filosofia pela *Catholic University of America*, Washington/DC, Estados Unidos da América (EUA), em 1997, bem como de Doutor em filosofia pela mesma instituição estadunidense, em 2003. No Centro de Estudos Brasileiros da Universidade de Oxford, Reino Unido, fez seu pós-doutorado em Relações Internacionais e Política Externa Brasileira, também em 2003. Ainda no domínio acadêmico, foi professor visitante na Universidade do Chile em 1998) e na Faculdade de Ciências Políticas de Paris (*Sciences Po*) em 2003.

No Instituto Rio Branco, frequentou o Curso de Preparação para a Carreira Diplomática no ano de 1987; o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas em 1997; e o Curso de Altos Estudos em 2007, que concluiu mediante a apresentação da tese intitulada: “Crítica da ordem injusta. Dimensões normativas e desafios práticos na busca da ordem e justiça nas relações internacionais. Uma visão brasileira”. Também nessa instituição é, desde 2017, professor titular de Política Internacional.

O diplomata indicado tornou-se Terceiro-Secretário em 1988, Segundo-Secretário em 1994, Primeiro-Secretário em 2000, Conselheiro em 2004, Ministro de Segunda Classe em 2008 e Ministro de Primeira Classe em 2016, sempre por merecimento.

Entre as funções por ele ocupadas na administração pública federal, merecem destaque as seguintes: assessor do Gabinete do Ministro da Economia, Finanças e Planejamento (1992); da Subsecretaria-Geral de Assuntos Econômicos (1992/93); e Subsecretaria-Geral de Planejamento (1993); porta-voz adjunto e porta voz da Presidência da República (1999-2003); assessor especial do Ministério da Defesa (2004/06); e porta-voz da Presidência da República (2016 até o presente).

Das funções exercidas na chancelaria sobressaem: Primeiro-Secretário em missão transitória na Embaixada em Londres (2003/04); Conselheiro e Ministro-Conselheiro na Delegação Permanente em Genebra (2006/11); e Diretor do Departamento Econômico da Subsecretaria-Geral de Assuntos Econômicos e Financeiros do MRE (2015/16).

Além do currículo do indicado e atendendo às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a Organização Mundial do Comércio (OMC).

A OMC teve o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT, na sigla em inglês) como seu predecessor, o qual resultou de esforços dos aliados, ao final da Segunda Guerra Mundial, para reconstruir a economia mundial. As negociações bilaterais cederam espaço para as tratativas multilaterais. Essas foram negociadas em rodadas, as quais buscaram, de início, a redução de concessões tarifárias recíprocas e, posteriormente, a regulação das chamadas barreiras não tarifárias.

A Organização surgiu, em 1995, como resultado da oitava rodada, a chamada Rodada Uruguai, e se estabeleceu como fórum para a negociação de acordos multilaterais que visem à redução de barreiras ao comércio internacional e ao desenvolvimento e crescimento econômico mundial. A estrutura legal e institucional da OMC se volta para a implementação e monitoramento desses acordos e para a solução de conflitos que decorram de sua aplicação. Hoje são 16 acordos multilaterais, em que todos os membros da OMC são signatários, e 2 plurilaterais, em que apenas parte de seus membros são signatários. A OMC tem atualmente com 164 membros e tem como diretor-geral, desde setembro de 2013, o brasileiro Roberto Carvalho de Azevêdo.

Na estrutura da OMC, vale ressaltar seu Órgão de Solução de Controvérsias, que conta com efetivo mecanismo de solução de controvérsias e é dotado de instância revisora, o Órgão de Apelação. A Organização conta, ainda, com a Conferência Ministerial e os Conselhos Geral, de Bens, de Serviços, de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS, na sigla em inglês), com também o Órgão de Revisão de Políticas Comerciais.

O Brasil, signatário do GATT, é membro fundador da OMC e tem atuado de forma destacada no âmbito da Organização. Nosso país assumiu, em muitas ocasiões, posições de liderança entre os países em desenvolvimento. Figura, inclusive, como terceiro país em desenvolvimento com maior participação em disputas perante o Órgão de Solução de Controvérsias. São 161 contenciosos como demandante, demandado ou terceira parte, atrás apenas de China (199) e da Índia (177).

Em face dos entraves impostos à Rodada Doha em 2008, pelas divergências havidas entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, o Brasil vem tendo atuação destacada, pautada pelo pragmatismo, viabilizando, na medida do possível, avanços nas negociações. Mais recentemente o Brasil patrocinou, em conjunto outros 18 membros, iniciativa de criação de um Grupo de Amigos das Micro, Pequenas e Médias Empresas. Considerando que a crescente evidência da participação dessas empresas nas economias domésticas não se reflete no comércio internacional, o objetivo da criação do Grupo foi ampliar o debate sobre como aumentar essa atuação, bem assim traçar estratégias para tanto no âmbito da OMC.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator